

Paulo Guedes "admite" mudanças na proposta original da reforma administrativa

O ministro da Economia, Paulo Guedes, concordou com algumas mudanças que o relator, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), pretende fazer na proposta de reforma administrativa (PEC 32/20). Guedes compareceu presencialmente nesta quarta-feira (7) na Comissão Especial da Câmara sobre o tema, no último dia para a apresentação de emendas parlamentares à proposta original do governo federal.

Em quase cinco horas de debates, Paulo Guedes negou a intenção de fragilizar o serviço público e garantiu que não se referia aos servidores quando usou expressões como "granada no bolso" e "parasitas". Também afirmou que o governo tem um "pacto pela preservação dos direitos adquiridos" dos atuais servidores, mas com foco na adoção de novas tecnologias para, segundo ele, modernizar e melhorar a qualidade dos serviços.

Melhoria

Ao lado do ministro, o relator Arthur Oliveira Maia adiantou que seu parecer sobre a reforma administrativa deve focar mais na melhoria do serviço público do que em "eventuais economias fiscais". Também pretende privilegiar mais "a gestão de desempenho do que a avaliação de desempenho". Segundo Maia, isso vai permitir "visão estratégica da organização administrativa e do desenvolvimento do servidor". O relator ainda sinalizou o caminho que pretende tomar em relação à regulamentação do regime jurídico do serviço público.

"Nós temos que avançar em relação ao Regime Jurídico Único e penso que é ruim termos vários regimes jurídicos. Para isso, temos que tratar com muito cuidado qual vai ser o regime do contrato por tempo determinado, aprimorar essa questão do vínculo de experiência e incentivar, no âmbito da reforma, uma política de liderança", afirmou.

Pouco debate

A audiência na Comissão Especial da Reforma Administrativa foi solicitada por vários deputados da oposição que reclamaram de pouca oportunidade de debate com Paulo Guedes em reunião anterior sobre o tema, na Comissão de Constituição e Justiça. O deputado Rui Falcão (PT-SP) se queixou das diferentes projeções já apresentadas pelo governo quanto aos impactos financeiro, fiscal e orçamentário da reforma. Em resposta ao deputado, Guedes previu uma economia de R\$ 300 bilhões com a menor contratação futura de servidores, segundo cálculos do Ipea.

Já o deputado Ivan Valente (Psol-SP) avalia que a reforma administrativa apenas atende os interesses do mercado. "A PEC 32 é a desestruturação de carreiras. Isso pode trazer inclusive o aumento da corrupção e a facilitação da captura do Estado por agentes privados", alertou.

Estabilidade

Vários deputados defenderam a manutenção da estabilidade no funcionalismo e lembraram que esse instrumento foi fundamental nos recentes casos de servidores da Polícia Federal e do Ministério da Saúde que denunciaram suspeitas de corrupção e de outras irregularidades no governo. O coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, deputado Professor Israel Batista (PV-DF), classificou a reforma de perversa. "O servidor público não tem medo de avaliação de desempenho. O servidor público só não aceita perseguição, só não aceita que todas as mazelas do serviço público sejam jogadas nas suas costas", defendeu.

Por outro lado, o coordenador da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), disse que vai buscar um texto mais abrangente, com a inclusão de outros pontos. "O primeiro deles é a inclusão de todos os poderes nessa PEC. E entendo a discussão de não mexer nos vínculos dos atuais servidores, mas manter férias de 45 dias, licença-prêmio e progressão automática de carreira para os atuais servidores não faz sentido. Não existe privilégio adquirido", criticou.

Pressão surte efeito e parlamentares começam a rejeitar pontos da PEC-32

O Congresso Nacional está em processo de apreciação da reforma administrativa, objeto da PEC 32/2020. Apesar de o governo Bolsonaro visar ao desmonte do serviço público, o aparelhamento do Estado, o esvaziamento do concurso público e a retirada de direitos adquiridos, a mobilização dos servidores começa a surtir resultado. Parlamentares estão assinando emendas que objetivam assegurar a manutenção dos direitos dos servidores.

A estabilidade no serviço público é um dos direitos que conta com o apoio expresso de alguns parlamentares. A importância de se garantir este direito ficou evidente no atual momento político quando um servidor público do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Fernandes Miranda, denunciou fraudes na compra da vacina Covaxin. Caso o servidor não tivesse estabilidade e fosse um apadrinhado político do atual presidente, ele jamais poderia fazer a denúncia, com receio de ser demitido.

O deputado Fernando Monteiro, presidente da comissão especial da reforma administrativa, admitiu que é preciso mais diálogo entre o parlamento e a classe de servidores públicos para melhorar o texto da PEC 32, e que a proposta que tramita na Câmara não é a ideal. "O texto não está bom, temos que dialogar. O importante é que o cidadão tenha um serviço de qualidade". A fala do deputado ocorreu durante debate virtual promovido pelo site Congresso em Foco.

Outro ponto apontado pelos representantes dos servidores e que está ganhando a adesão de parlamentares é a manutenção das funções de confiança destinadas exclusivamente aos servidores concursados e a supressão do dispositivo que propõe a execução de serviços públicos de forma generalizada pela iniciativa privada.

Caso este ponto seja aprovado, as empresas públicas passariam a atuar apenas onde a iniciativa privada não tivesse interesse. Ou seja, é um ponto que promoveria o desmonte por completo dos serviços públicos. E quem sofrerá mais é a população que terá que pagar valores muito mais altos por serviços que hoje são oferecidos pelo governo. É evidente que a iniciativa privada irá querer ter altos lucros com seus novos investimentos. A nossa posição é a de não apresentar emendas. Precisamos cancelar esta Reforma.

Cancela a Reforma

Na votação da enquete realizada pela Câmara dos Deputados, 92% dos votos (195.651 mil) discordam totalmente da reforma Administrativa de Bolsonaro. Um total de 6% (12.925 mil votos) discordam na maior parte. Enquanto isso, apenas 2% (4.224 votos) concordam com a proposta. Ainda dá tempo de votar. Vote e mobilize seus parentes e amigos.

Acesse: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

Emenda à PEC 32/2020 que garante estabilidade para todos os servidores recebe 180 assinaturas

A Emenda Substitutiva Global à PEC 32/2020 conseguiu 180 assinaturas nesta quarta-feira (7/7), prazo para apresentação das emendas à reforma administrativa na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. A proposta garante a estabilidade para todos os servidores. Atualmente, a PEC 32 estabelece o benefício apenas para os cargos típicos de Estado. O texto também assegura os direitos para os aprovados em concursos homologados, uma insegurança jurídica da reforma administrativa. Além disso, retira o vínculo de experiência, que tem prevista a criação no texto original.

Outro ponto fundamental da emenda é a supressão dos superpoderes ao presidente da República, que, segundo a reforma administrativa, pode, por decreto e de forma unilateral, criar, fundir e transformar ministérios, órgãos públicos e cargos. A emenda exclui essa parte da redação e retoma os princípios da Constituição Federal de 1988.

A emenda substitutiva global à PEC 32/2020 superou o número de assinaturas necessárias (171 deputados federais) para validação pela Câmara dos Deputados. O texto corrige vários problemas: evita o aparelhamento do Estado e a ingerência política; garante a estabilidade para todos os servidores; acaba com o vínculo de experiência; retira os superpoderes dos governantes para alteração por decreto de atribuições; e garante segurança jurídica aos concursos homologados. Ao todo, 33 sugestões de aditivos ao projeto de reforma administrativa foram entregues.

INSS alerta para possíveis golpes envolvendo a revisão de benefícios

A possibilidade de revisão da aposentadoria tem sido utilizada por golpistas para roubo de dados de segurados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Segundo o órgão, os golpistas enviam carta, e-mail, telefonema ou mensagem de celular para obter informações do usuário. Para evitar que isso ocorra, o INSS listou uma série de cuidados a serem tomados. Além disso, acrescentou que nunca entra em contato direto com a pessoa para solicitar dados, nem pede o envio de fotos de documentos.

No caso de ser tarde demais e o golpe já ter ocorrido, é indicado o registro do Boletim de Ocorrência na delegacia. É necessário também informar ao Órgão pela ouvidoria na internet, em <https://falabr.cgu.gov.br/>, ou pelo telefone 135.

Para evitar cair em golpe

- Mantenha seus dados de contato atualizado: telefone, e-mail e endereço. Isso pode ser feito pelo Meu INSS ou pelo telefone 135;
- Caso alguém faça qualquer contato pedindo dados ou fotos em nome do INSS, não atenda a solicitação, desligue a ligação e denuncie o contato;
- O INSS nunca entra em contato direto com a pessoa para solicitar dados, nem pede o envio de fotos de documentos;
- O número do SMS usado pelo INSS para informar os cidadãos é 280-41. O INSS nunca manda links nem pede documentos pelo SMS;
- A pessoa deve utilizar apenas os canais oficiais de atendimento para cumprir qualquer solicitação do INSS, seja para agendar um serviço, seja para entregar algum documento: aplicativo/site Meu INSS ou agência da Previdência Social (com agendamento);
- Quando alguém liga para o telefone 135 ou é atendido pelo chat Helô, o atendente pode pedir algumas informações. Esse é um procedimento de segurança para confirmar a identidade de quem telefonou ou acessou o chat.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ANOS DE 2019/2020

Dia 16/07 - 6ª feira - às 17h (1ª Chamada) e às 18h (2ª Chamada)

SINDSEP-MG
CONDSEF - FENADSEF CUT

PARTICIPE PELO LINK:

https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_MzFkOTZhNjltYTU4ZC00MzkxLWJmZjYtYmZiZDk1NGI1NGY5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22bdf4880b-8c41-4fcf-bd58-96e3fcbecbd%22%2c%22Oid%22%3a%227c2fa4d4-2409-4c8a-a7a4-1c7d26c39a95%22%7d